

**A LÍNGUA PORTUGUESA
E O ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1986/1990:
RETRATOS DE UMA POLÊMICA ANUNCIADA**

Maurício Silva (USP)
maurisil@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho analisa as relações entre as reformas ortográficas e o nacionalismo linguístico no Brasil, a partir de uma metodologia que se apoia tanto na historiografia linguística quanto na análise do discurso. Procura, além disso, revelar o desenvolvimento de algumas ideias linguísticas relacionadas à ortografia da língua portuguesa no Brasil do começo do século XXI.

Palavras-chave: Nacionalismo linguístico. Ortografia. Língua portuguesa.

1. Introdução

Ao longo do século XX, ocorreram em torno da língua portuguesa algumas de suas mais contundentes querelas linguísticas: aquelas que dizem respeito à ortografia e suas inúmeras propostas de unificação. Tais disputas decorreram – e ainda decorrem – da variedade de registros ortográficos que nosso idioma conheceu historicamente, podendo-se apontar pelo menos três momentos marcantes de nossa ortografia: o de uma ortografia fonética, que procurava se assentar, com certo rigor, na pronúncia (séculos XIII-XVI); o de uma ortografia que se caracterizava pela escrita erudita, de natureza pseudoetimológica (séculos XVI-XIX); e o de uma ortografia em que se privilegiou a simplificação gráfica, com a eliminação dos fenômenos puramente fonéticos e do eruditismo etimológico (século XX).

Diante desse quadro, faz-se necessário, numa época em que vicejam ideias oficiais e não oficiais de unificação ortográfica da língua portuguesa no mundo lusófono, analisar com olhar crítico a mais recente proposta de unificação e simplificação ortográficas do português – o Acordo de 1986/1990 – e refletir acerca das consequências que semelhante proposta pode acarretar ao nosso idioma.

O objetivo deste trabalho, portanto, é expor, analisar e, em especial, destacar as divergências ideológicas em torno do Acordo Ortográfico de 1986/1990, questão bastante polêmica, que tem despertado a atenção

dos mais variados estratos da sociedade, sem que se tenha chegado, pelo menos no presente momento, a um consenso mínimo.

2. Ortografia da língua portuguesa: uma história

Nas discussões em torno da língua portuguesa no Brasil, o discurso nacionalista encontra um campo fértil para seu desenvolvimento: desde nossos primeiros documentos, é possível perceber laivos de um sentimento em que se mesclam anseios pela independência política e embates em torno da emancipação linguística. No âmbito da ortografia, semelhante sentimento parece atingir o ponto culminante, já que em muitos aspectos a grafia de uma língua revela um modo particularmente “nacional” de se exprimir.

Apesar disso, não se pode negar que, ainda dentro de uma mesma nação, as divergências ortográficas multiplicam-se a ponto de comprometer qualquer correspondência imediata entre unidade política e linguística: no caso do Brasil, pelo menos, a relativa unificação política – que começou a ser forjada já no início do século XVII – não encontrou correspondência na unidade linguística, sobretudo se pensarmos nas inúmeras divergências ortográficas que existiram até pelo menos o começo do século XX.

Com efeito, não era difícil encontrar, durante quase toda a primeira metade do século XX, autores que se utilizavam dos mais diversos e disparatados recursos gráficos, quase sempre em desacordo com as gramáticas ou os manuais de ortografia que prescreviam normas para uma escrita padronizada. Havia ainda aqueles autores que absolutamente se recusavam a adotar qualquer tipo de regra ortográfica por considerar uma imposição insustentável (como Antônio Torres) ou aqueles que simplesmente não as seguiam por comodidade, inadaptação ou por considerá-las um atentado à índole do falar brasileiro (como Mário de Andrade).

Tais exemplos são modelares ao apontar as divergências ortográficas existentes nas primeiras décadas do século XX, além de revelarem a necessidade premente – na época – de se estabelecerem regras mais ou menos rígidas, relativas à ortografia da língua portuguesa. É a tentativa de estabelecimento dessas regras, a qual se estenderá por todo o século, que irá ocasionar as mais acirradas disputas – explícitas ou não – entre Portugal e Brasil, dando origem ao que aqui chamamos de discurso nacionalista ou nacionalismo linguístico.

Não é recente a tentativa de unificação ortográfica da língua portuguesa; tampouco são novas as mudanças sofridas pela grafia do português ao longo de sua existência. Desprezando suas fases pré-histórica (séculos I-IX) e proto-histórica (séculos IX-XII), e levando em consideração apenas sua fase histórica (século XIII-XX) (FONSECA, 1959), podemos depreender pelo menos três momentos marcantes de nossa ortografia: um primeiro momento, em que a ortografia assentava-se na pronúncia, isto é, uma ortografia fonética (séculos XIII-XVI); um segundo momento, caracterizado por uma grafia erudita, de natureza pseudoetimológica (séculos XVI-XIX); e um terceiro momento, em que se privilegiou uma ortografia simplificada, com a eliminação dos fenômenos puramente fonéticos e do eruditismo etimológico (século XX). (HOUAISS, 1991; TORRES, 1972)

A identidade cultural de um país faz-se também pelo idioma falado por seus representantes e isso se torna mais verdadeiro quando se trata de povos e nações cuja língua se originou por meio de um processo de colonização, como é o caso do Brasil.

Desde o século XVII, mas com mais ênfase a partir do XIX, cresce a necessidade de uma emancipação política e linguística do Brasil com relação a Portugal. Mas é sobretudo ao longo do século passado, em que, de fato, tiveram lugar os principais embates acerca da ortografia portuguesa, que começaram a surgir discussões mais acaloradas a respeito da questão ortográfica em Portugal e no Brasil, em consonância com o crescimento do mercado editorial, com o incremento das relações multilaterais e sobretudo, com a intensificação do intercâmbio cultural entre os dois países. No Brasil, a Academia Brasileira de Letras tomou, em primeiro lugar, as rédeas da reforma ortográfica no solo nacional, assumindo um importante papel na luta pela simplificação e/ou unificação da língua portuguesa, mas também representou um foco de resistência a determinadas modificações ortográficas. (SILVA, 2001)

Neste contexto, as divergências não demoraram a aparecer, e as primeiras discórdias começaram com o século que se inaugurava: nosso primeiro projeto de reforma ortográfica nasce em 1907, com a proposta da Academia Brasileira de Letras, tendo à frente a figura de Medeiros e Albuquerque, a qual seria complementada, em 1912, a partir de uma série de críticas que recebera, tanto por parte dos portugueses quanto dos brasileiros. (SILVA, 2003)

Contudo, a reforma mais polêmica dessa primeira década não se-

ria realizada no Brasil, mas em Portugal: em 1911, uma comissão encabeçada por Gonçalves Viana e composta por eminentes personalidades lusitanas iria executar a primeira reforma ampla de simplificação da língua portuguesa, a qual, a despeito das inúmeras críticas que recebera no Brasil, acabou sendo aceita pela maior parte da intelectualidade nacional, inclusive por eminentes representantes de nossa academia, apesar de uma tácita recusa de suas prescrições nos albores da décadas de 1920.

O primeiro projeto de reforma ortográfica que teve aceitação por e concordância entre Brasil e Portugal foi o *Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro*, em 1931, organizado pelas Academia Brasileira de Letras e Academia de Ciências de Lisboa com o objetivo de unificar a ortografia da língua portuguesa, já que a reforma de 1911 logrou revelar, sobretudo, as divergências que existiam entre brasileiros e portugueses nesse campo.

Apesar das boas intenções de ambas as partes, esse primeiro acordo não surtiu o efeito esperado, e se a década de 1930 foi marcada por vários decretos que tentavam estabelecer um consenso em relação à ortografia do idioma, a primeira metade da década seguinte seria caracterizada, principalmente, pela publicação de vocabulários ortográficos que buscavam normatizar as leis ortográficas, dando-lhes um aspecto mais sistemático e oficial: trata-se, principalmente, do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (Portugal, 1940) e do *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (Brasil, 1943).

Em 1945, ocorreu a célebre *Conferência Inter-Acadêmica de Lisboa para a Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa*, que procurou – sem sucesso pleno – aparar as arestas relacionadas à ortografia utilizada pelas duas principais nações lusófonas. Depois desta última tentativa de acordo, decisões parciais foram aprovadas, até o surgimento da principal proposta de unificação ortográfica, justamente o acordo de 1986/1990, do qual procuraremos tratar com mais detalhes. (Cf. ESTRELA, s./d.)

3. Ortografia e nacionalismo linguístico

Nas discussões em torno da língua portuguesa no Brasil, o discurso nacionalista encontra um campo fértil para seu desenvolvimento: desde nossos primeiros documentos, é possível perceber laivos de um sentimento em que se mesclam anseios pela independência política e embates em torno da emancipação linguística. No âmbito da ortografia, semelhan-

te sentimento parece atingir o ponto culminante, já que em muitos aspectos a grafia de uma língua revela um modo particularmente “nacional” de se exprimir.

Apesar disso, não se pode negar que, ainda dentro de uma mesma nação, as divergências ortográficas multiplicam-se a ponto de comprometer qualquer correspondência imediata entre unidade política e linguística: no caso do Brasil, pelo menos, a relativa unificação política - que começou a ser forjada já no início do século XVII - não encontrou correspondência na unidade linguística, sobretudo se pensarmos nas inúmeras divergências ortográficas que existiram até pelo menos o começo do século XX, configurando, nas palavras de José Veríssimo, uma verdadeira “anarquia ortográfica”, explicitada pelo eminente crítico nos seguintes termos: “Herculano, Castilho, Garret, Castelo Branco, os quatro mais consideráveis escritores da moderna literatura portuguesa, cada um tem a sua grafia especial. E de cada escritor português ou brasileiro se pode dizer o mesmo”. (VERÍSSIMO, 1977, p. 109)

Tais fenômenos, como era de se esperar, foram desde o princípio acompanhados de tentativas de normatização da ortografia da língua, normatização que nascia exatamente da necessidade de se estabelecer alguma ordem no que parecia aos homens de letras e estudiosos do assunto incomodamente caótico. Por esta razão, a problemática ortográfica foi – desde os primeiros estudos da língua portuguesa, ainda no século XVI – uma das principais preocupações dos nossos gramáticos, o que resultou em obras escritas por nossos primeiros ortógrafos, como Pero de Magalhães de Gândavo (*Regras que ensinam a maneira de escrever a ortografia da Língua Portuguesa*, 1574), Duarte Nunes de Leão (*Ortografia da Língua Portuguesa*, 1576), Álvaro Ferreira de Vera (*Ortografia ou modo para escrever certo na Língua Portuguesa*, 1631), Bento Pereira (*Regras gerais e breves da melhor Ortografia*, 1666), Ioam Franco Barreto (*Ortografia da Língua Portuguesa*, 1671) e outros. Nesta mesma época, a ortografia se tornava problema central de algumas obras de outras línguas românicas, como a francesa (PELETIER, *Dialogue de l’ortographe*, 1517) ou a espanhola (NEBRIJA, *Reglas de Orthographia en la Lengua Castellana*, 1517). (Cf. FÁVERO, 1996 e BUESCU, 1984)

Nesse contexto, já na passagem do século XIX para o XX, nossa Academia Brasileira de Letras assumiu, desde sua fundação, um papel de destaque na luta pela simplificação e/ou unificação da língua portuguesa, mas também representou – em momentos diversos – um foco de resistência a determinadas modificações gráficas que pudessem representar – de

algum modo – uma ameaça à nossa identidade nacional. Daí sua atuação ambígua no que se refere a essa questão, ora colocando-se à frente das iniciativas de unificação da ortografia portuguesa, ora mantendo uma posição de intransigência diante de algumas cláusulas dos acordos de unificação ortográfica, mesmo daqueles dos quais era signatária. De qualquer maneira, a Academia Brasileira de Letras nasce sob os auspícios da ideologia da *arte de bem escrever*, o que significa que uma de suas propostas centrais era a defesa da própria língua portuguesa. (Cf. NEVES, 1940; LIMA, 1942; GALVÃO, 1937)

Especificamente no que diz respeito à ortografia, o papel da Academia não pode ser minimizado: ao contrário, poucas entidades culturais se empenharam com tanta diligência quanto aquela. Apenas a título de exemplo, pode-se lembrar que a Academia Brasileira de Letras participou – direta ou indiretamente – de todos os acordos e reformas ortográficas neste século, além de, a partir da década de 1940, ser elevada à categoria de órgão consultivo do Governo Brasileiro em matéria de ortografia, graças ao esforço de seu presidente na época, José Carlos de Macedo Soares; nas páginas de sua revista, além disso, travaram-se infindáveis discussões acerca da ortografia da língua portuguesa. Evidentemente, isto não impediu que alguns de seus mais ilustres representantes – como é o caso de um Humberto de Campos ou um Augusto de Lima – se posicionassem de modo francamente contrário às propostas de reforma ortográfica forçadas pela Academia, considerando-as, às vezes, levianas e irresponsáveis. (Cf. CAMPOS, 1935; LIMA, 1923)

De qualquer maneira, este fato emerge como uma atitude mais ou menos isolada, de forma alguma comprometendo a atuação da Academia como uma espécie de porta-voz oficial do Brasil em assuntos relacionados à ortografia da língua. É por isso ainda que não hesitamos em afirmar que a história da ortografia da língua portuguesa no país conhece, com o aparecimento da Academia, um novo e definitivo capítulo. Um capítulo, aliás, que tem no discurso nacionalista um de seus pilares de sustentação, como veremos mais detalhadamente adiante. O nacionalismo linguístico no Brasil, contudo, não se limita apenas a questões relativas à ortografia, mas tem uma incidência muito maior na problemática que concerne à própria consolidação da língua portuguesa por aqui, como se pode verificar por meio de estudos que tratam dos mais diversos fenômenos ligados a essa discussão.

Apesar da importância dessas discussões, a ligação entre o nacionalismo linguístico e a questão ortográfica ganha particular relevância no

século XX, em especial no que se refere à linguagem literária, já que se trata de uma época em que, como em nenhuma outra, se valorizou o emprego de uma grafia prosódica, bem de acordo com o falar brasileiro, no intuito de se opor ao retoricismo e ao purismo linguístico luso-brasileiro prevalecente no século passado. (Cf. PINTO, 1988)

4. O Acordo Ortográfico de 1986/1990: prós e contras

O Acordo Ortográfico de 1986/1990 propõe uma unificação linguística parcial, não solucionando definitivamente o “problema” das diferenças ortográficas entre os países lusófonos, principal argumento empregado por seus defensores. Versando sobre uma série de detalhes da escrita em língua portuguesa, que vão da utilização do hífen à acentuação gráfica, passando pelo emprego de letras maiúsculas ou pela separação silábica (HOUAISS, 1991; LUFT, 1983), o novo acordo pretende homogeneizar ao máximo a grafia dos vocábulos, promovendo, para tanto, modificações estruturais na forma de se escrever algumas palavras do idioma. Embora o acordo pretenda manter a maior parte dos recursos ortográficos atualmente vigentes, não resta dúvida de que as poucas modificações propostas já são suficientes para colocar os escritores, editores, professores, linguistas e utentes da língua sob reserva e suspeição.

Os principais argumentos contrários ao acordo, empregados por seus detratores e críticos, nascem do reconhecimento da falta de um debate mais amplo e democrático em torno das mudanças propostas, as quais, segundo eles, acabaram sendo monopolizadas por alguns poucos representantes das academias portuguesa e brasileira.

A partir daí, condena-se ainda o que se podem considerar equívocos linguísticos resultantes do acordo, os quais promoveriam irreversível descaracterização do idioma, tais como a supressão das consoantes mudas (*intersecção/interseção, facto/fato*); o surgimento, em razão do motivo anterior, de maior quantidade de homônimos (*ato*, substantivo/*ato*, forma verbal) e também, por outros motivos, de homógrafos (*história*, substantivo/*historia*, forma verbal); a opacidade etimológica de alguns vocábulos (*preistórico*); o exagero permissivo de formas facultativas (*falâmos/falamos*); a obliteração da diferenciação semântica garantida pelo uso do hífen (*mesa-redonda/ mesa redonda*) etc.

Para além das questões aqui assinaladas, de ordem interna do código linguístico, há, ainda segundo seus opositores, fatores extralinguísti-

cos que deverão – caso o acordo seja viabilizado – sofrer alterações com consequências imprevisíveis: o mais evidente de todos diz respeito ao mercado editorial e à indústria cultural dos países signatários do acordo, já que milhões de volumes – sobretudo obras didáticas, dicionários e livros escolares – ficarão inutilizados, uma vez que a produção de obras para substituí-los acarretaria custos de produção e aquisição demasiadamente altos.

Há que se salientar o fato de que, na perspectiva dos críticos lusitanos, Portugal estaria em franca desvantagem no que diz respeito à maneira como os vocábulos deveriam ser grafados a partir da vigência do acordo, já que, a seu ver, praticamente todas as alterações representam uma concessão da ortografia portuguesa em relação à brasileira, além de acreditarem que quase todas as alterações constituem uma violência imposta aos conhecimentos e sensibilidade dos portugueses que aprenderam a ortografia anterior. (CASTRO, DUARTE & LEIRIA, 1987)

Mais importante do que um acordo ortográfico preocupado meramente com a unificação gráfica do idioma e imposto a seus utentes de modo unilateral, reconhecem os críticos dos dois lados do Atlântico, seria um empenho governamental no sentido de promover a difusão da língua portuguesa mundialmente, valorizar seu legado cultural ao Ocidente, sobretudo o escrito, torná-lo idioma oficial dos órgãos internacionais, por meio de uma ação diplomática dos países lusófonos, e, finalmente, promover ações conjuntas de caráter pedagógico, no sentido de conferir aos habitantes dos territórios que tem o português como língua oficial condições de adquirirem competência linguística no próprio idioma.

Desde sua primeira aparição na imprensa, o Acordo Ortográfico sofreu diversas contestações por parte de seus opositores, possibilitando toda sorte de críticas, que vão do reconhecimento de seus limites práticos, responsáveis por tornar a grafia do português, em alguns aspectos, ainda mais complexa, até, do ponto de vista pedagógico, as dificuldades de aprendizagem que as mudanças podem gerar, bem como sua ineficácia como elemento inibidor do analfabetismo. É sobre este último aspecto, aliás, que Alice Saboia reconhece – a partir da pesquisa com dados que coletou, acerca do sistema gráfico-acental do português oficial, em escolas brasileiras – que as discussões em torno da última proposta de reforma ortográfica revelam um descompromisso com a fase de aquisição da escrita por seus usuários. (SABOIA, 1997)

Ao longo dos séculos a história da ortografia portuguesa foi pro-

curando aperfeiçoamentos progressivos de legibilidade, tentando tornar, tanto quanto possível, a escrita num verdadeiro *retrato* da língua. Lamentavelmente, dizem os críticos, a nova proposta não reduz o número de regras, além de continuar mantendo várias exceções. Para piorar ainda mais o quadro, as poucas modificações realizadas foram formuladas de modo relativamente complexo, além de, em quase todos os casos em que sugere alterações gráficas, o novo Acordo copiar as mesmas regras usadas nos acordos anteriores, como o de 1945 e o de 1971. As poucas modificações que há nele são formuladas de tal maneira que poderá confundir ainda mais os usuários já acostumados com as regras ortográficas vigentes. Como lembra Evanildo Bechara, é preciso levar em consideração, nesse novo Acordo, uma série de fenômenos linguísticos (a acentuação tônica relativa aos contrastes de timbre aberto e fechado, as variantes fonéticas de língua, o uso do hífen etc.), a fim de se realizar um trabalho realmente condizente com as necessidades práticas da língua escrita. (BECHARA, 2000)

5. Conclusão

O percurso histórico da questão ortográfica no Brasil do século XX revela a preponderância de um discurso de fundo nacionalista, o qual acabava por transformar toda discussão linguística num embate tipicamente político, na medida em que buscou utilizar a ortografia da língua como instrumento de afirmação da nacionalidade brasileira, fato aliás já constatado por alguns estudiosos do assunto: “a querela ortográfica, que agitou quase toda a primeira metade do século, (foi também) reflexo direto do sentimento nacionalista dos brasileiros, em face de Portugal”. (PINTO, 1988. p. 15)

Assim, pode-se dizer que grande parte da discussão em torno da ortografia da língua portuguesa - como, de resto, em torno da própria linguagem - redundava na tentativa de afirmação nacionalista de uma vertente brasileira do idioma, em franca oposição à vertente lusitana. Daí, também, seu sentido político, expresso em questionamentos diversos a respeito da problemática da ortografia: a quem interessa a unificação ortográfica da língua portuguesa? De que maneira essa unificação poderia acabar impedindo o desenvolvimento de um possível registro linguístico caracteristicamente brasileiro? Quais seriam os interesses econômicos que estariam por trás de uma reforma ortográfica ampla e que certamente teria um profundo impacto, por exemplo, no mercado editorial das na-

ções envolvidas? Estas são apenas algumas questões que poderiam ser colocadas no âmbito da *política do idioma*, apesar de fugirem aos propósitos desse ensaio. (CUNHA, 1976)

De qualquer maneira – e até como contrapondo a alguns desses questionamentos políticos – pode-se afirmar sem tergiversações que toda essa questão foi norteada por um forte sentido de nacionalidade brasileira, inviabilizando acordos e interesses que porventura pudessem estar por trás de uma discussão que deveria se estabelecer num campo meramente linguístico.

A questão é reconhecidamente polêmica, pois extrapola a ideia do estabelecimento de uma política do idioma, para esbarrar numa discussão mais profunda: a da fundação – por meio de uma língua nacional – da própria nacionalidade brasileira. Com efeito, pode-se pensar numa necessária articulação dialética, quando se está tratando desse assunto: a fundação da nacionalidade brasileira passa pela constituição de um discurso autônomo e a constituição desse discurso pressupõe um sentido ativo de nacionalidade. (ORLANDI, 1990)

Estas são, contudo, abordagens que – ao lado da problemática da política do idioma – fogem aos limites desse trabalho, motivo pelo qual não vamos nos ater aos mesmos. Por motivos semelhantes, outras abordagens relativas à questão ortográfica da língua portuguesa não foram privilegiadas nesse ensaio, como a perspectiva comparatista: um estudo mais detalhado do assunto não poderia, por exemplo, deixar de comparar as bases analíticas dos principais acordos ortográficos da língua, a fim de analisar aspectos ligados às convergências, divergências e prevalências gráficas entre o português do Brasil e de Portugal; ou comparar a produção literária das duas nações, a fim de enfatizar aspectos ligados especificamente à história interna da língua, no que concerne à ortografia.

Tais fatos não invalidam uma perspectiva histórico-discursiva do assunto, levando-nos à conclusão de que o discurso nacionalista acabou prevalecendo, nas discussões ortográficas, sobre todos os demais discursos, inclusive sobre aqueles que se pretenderam puramente linguísticos. E se esse não era um fenômeno consciente para muitos daqueles que se achavam envolvidos direta ou indiretamente nesses embates, pode-se afirmar com certeza que a prevalência do discurso nacionalista era, no âmbito das discussões ortográficas, inconscientemente pressentido. É o que se pode perceber, por exemplo e de modo sintomático, a partir das querelas travadas pelos mais eminentes intelectuais do começo do século

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

(como José Veríssimo ou Medeiros e Albuquerque) em torno da grafia da palavra *Brasil*, cujo teor é dado por essa elucidativa passagem de um romance de Coelho Neto:

Ha aqui almas tão displicentes que até negam historia ao paiz tão desconhecido na sua grandeza que ainda não conseguiu registrar o nome na lista das nações por não saber, ao certo, se o ha de graphar com *s* ou com *z*. Absurdo dos absurdos! Crime de lesa patria! (COELHO NETO, 1926, p. 233)

Várias tentativas de reforma, muitos decretos oficiais, divergências indelévels: parece ter sido esse o saldo, de um ponto de vista histórico, das infinitas discussões travadas em torno da ortografia da língua portuguesa ao longo de todo o século XX. Já de um ponto de vista da lógica discursiva que atuou como substrato dessas mesmas discussões, não passaria despercebido nem mesmo aos mais desatentos estudiosos da questão o fato de ter prevalecido um discurso irretorquivelmente nacionalista, que via no registro ortográfico aqui empregado uma das últimas reservas do *instinto de nacionalidade* brasileiro de que já se falou alhures.

A língua portuguesa – que, apesar das enormes diferenças de pronúncia, léxicas, sintáticas e outras, é falada em vários países – conhece uma diversidade que nunca prejudicou substancialmente seu intercâmbio cultural, científico e econômico. Feito de maneira unilateral, o novo Acordo pode, de certo modo, descaracterizá-la, uma vez que interfere artificialmente na língua, resultando inclusive na redução de sua pluralidade. Tendo participado, desde o início, da formulação da proposta para o novo Acordo Ortográfico, o eminente linguista português Herculano de Carvalho lembra, primeiro, que as regras ortográficas devem ter mais um caráter normativo (isto é, condizentes com a necessidade da escrita) do que compulsivo; e, segundo, que a reforma ortográfica deve visar tanto à unificação gráfica do português quanto à simplificação de sua escrita, o que, segundo ele, não está totalmente contemplado na última proposta do Acordo. (CARVALHO, 1997)

Sem apoiar-se substancialmente na realidade linguística e cultural dos falantes da língua portuguesa, dificilmente o novo Acordo permitirá que se chegue a um consenso, transformando em equívoco algo que teria nascido repleto de boas intenções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECHARA, Evanildo. Em demanda dos enlaces na sistematização ortográfica. *Brasil e Portugal*. 500 anos de enlaces e desenlaces. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2000, p. 130-138.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Historiografia da língua portuguesa*. Século XVI. Lisboa: Sá da Costa, 1984.
- CAMPOS, Humberto de. A língua portuguesa no Brasil. In: _____. *Crítica*. Primeira série. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935, p. 98-109.
- CARVALHO, José G. Herculano de. Ortografia e as ortografias do português. *Confluência*. Rio de Janeiro, n. 13, p. 39-46, 1997.
- CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês; LEIRIA, Isabel (Orgs.). *A demanda da ortografia portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1987.
- COELHO NETO. *O paraíso*. Excelsa fantasia. Porto: Chardron, 1926.
- CUNHA, Celso. *Uma política do idioma*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.
- ESTRELA, Edite. *A questão ortográfica*. Reforma e acordos da língua portuguesa. Lisboa: Notícias, [s./d.].
- FÁVERO, Leonor Lopes. *As concepções linguísticas no século XVIII*. A gramática portuguesa. Campinas: Unicamp, 1996.
- FONSECA, Fernando Peixoto. *Noções de história da língua portuguesa*. Lisboa: Clássica, 1959.
- GALVÃO, Francisco. *A Academia de Letras na intimidade*. Rio de Janeiro: A Noite, 1937.
- HOUAISS, Antônio. *A nova ortografia da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1991.
- LIMA, Augusto de. *A questão ortographica*. Noites de sabbado. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1923, p. 196-199.
- LIMA, Joaquim Bento Alves de. *Academia Brasileira de Letras*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1942.
- LUFT, Celso Pedro. *Grande manual de ortografia Globo*. Porto Alegre, Globo, 1983.

NEVES, Fernão. *A Academia Brasileira de Letras*. Notas e documentos para a sua história (1896-1940). Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, 1940.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra à vista*. Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1990.

PINTO, Edith Pimentel. *História da língua portuguesa*. Século XX. São Paulo: Ática, 1988.

SABOIA, Alice Maria Teixeira de. A dupla perspectiva de abrangência das regras ortográficas. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 05, p. 182-192, 1º semestre, 1997.

SILVA, Maurício. Reforma ortográfica e nacionalismo linguístico no Brasil: uma abordagem histórico-discursiva. *Letras*, Campinas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, vol. 20, n. 1/2, p. 99-122, 2001.

_____. Superando a "anarquia ortográfica": a Academia Brasileira de Letras e a reforma ortográfica da língua portuguesa (1907). In: PETTER, Margarida Maria Taddoni. (Coord.). *Língua: uma questão de regras e de usos*. São Paulo: SDI/FFLCH/USP, 2003, p. 135-143.

TORRES, Artur de Almeida. Unidade da língua portuguesa. Histórico da ortografia luso-brasileira. *Romanitas*, Rio de Janeiro, vol. 11, p. 417-418, 1972.

VERÍSSIMO, José. A questão ortográfica. In: _____. *Estudos de literatura brasileira*. Terceira série. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977, p. 99-112.